PORTARIA N.º 5595/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao SUBTENENTE PM CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA OLIVEIRA, Matrícula 999.2387, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 338862017, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Mãe do Rio, nos dias 28/08 a 01/09/2017, a fim de realizar a instalação de central de alarme naquele município.

PORTARIA N.º 6033/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 1/2 (meia) diária ao CABO PM JOSIVALDO NUNES PINHEIRO, Matrícula 333.168, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 32135, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Marabá ao município de Curionópolis, no dia 18/08/2017, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça Jane Cleide Silva Souza naqueles municípios.

PORTARIA N.º 6034/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao CABO - PM MARCELO COSTA DE CARVALHO, Matrícula 999.2417, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 36463, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Belém aos municípios de Marabá, Xinguara e Redenção, no período de 11 a 15/09/2017, a fim de realizar, a entrega e recebimento de munição e coletes balísticos, bem como, transmitir a instrução prática de preenchimento de Boletim de Atendimento Policial Militar aos componentes das guardas daquelas Promotorias de Justiça.

PORTARIA N.º 6035/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 1/2 (meia) diária ao CABO PM ANTONIO PINTO ROCHA, Matrícula 333.389, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 32790, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Altamira ao município de Anapu, no dia 16/08/2017, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez naqueles municípios.

PORTARIA N.º 6036/2017-MP/PGJ

CONCEDER 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao CABO PM ERISON LIMA DE SOUZA, Matrícula 333.401, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 36369, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta capital ao município de Xinguara, no período de 11 a 15/09/2017, a fim de realizar manutenção corretiva no sistema de alarme da Promotoria de Justiça daquele município.

PORTARIA N.º 6037/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao CABO - PM EMANOEL JORGE TEIXEIRA ALVES, Matrícula 999.265, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 36370/2017, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta capital aos municípios de Marabá e Xinguara, no período de 11 a 15/09/2017, a fim de realizar o serviço de concerto e reparo na central de alarme das Promotorias de Justiça dos referidos municípios.

PORTARIA N.º 6038/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 5 e 1/2 (nove e meia) diárias ao SARGENTO - PM IDENILSON GASPARD DE CARVALHO, Matrícula 999.2017, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 34438/2017, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital aos municípios de Marabá, Redenção, Parauapebas e Bragança, no período de 16 a 25/08/2017, a fim de realizar levantamento de informações nos referidos municípios, atendendo solicitação do Procurador de Justiça, Dr. Nelson Pereira Medrado.

PORTARIA N.º 6039/2017-MP/PGJ**RESOLVE:**

CONCEDER 2 e 1/2 (duas e meia) diárias ao SUB-TENENTE PM AURYLENE DO SOCORRO DOS SANTOS SOUSA FAGUNDES, Matrícula 333.338, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 35855, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta capital ao município de Marabá, no período de 28 a 30/08/2017, a fim de cumprir mandado judicial de prisão, busca e apreensão naquele município.

Protocolo: 529838**OUTRAS MATÉRIAS****ANEXO I**

Extrato de divulgação em mídia local da Recomendação n.º 002/2018
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, pelo Promotor de Justiça da /PA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal, no artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público, e nos artigos 67, inciso IV e 68, da Lei Complementar nº 57/2006, esclarece:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que a Administração Pública, mesmo no exercício de competência discricionária, jamais poderá distanciar-se dos princípios de eficiência, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, nos termos do art. 37, caput, da Carta da República;
CONSIDERANDO o notório hábito de alguns administradores públicos de usar a velha e famosa "Política do Pão e do Circo" para a realização de exposições agropecuárias e afins gastando rios de dinheiro dos cofres públicos com contratações de shows, espetáculos, rodeios, parques de diversões, etc., sem, entretanto, adimplir com o fornecimento de serviços essenciais à população.

CONSIDERANDO a notícia vinculada pelas mídias sociais de que a Prefeitura Municipal de Novo Repartimento irá custear, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, a realização de shows de artistas famosos cujos pagamentos de cachês são incompatíveis com a atual realidade financeira deste município;

CONSIDERANDO que o custeio de despesa pelo ente público para realização de shows, espetáculos, rodeios e afins, ainda que de forma indireta, revela um descompasso entre os meios empregados e os fins pretendidos pela Administração Pública, o que não se mostra razoável e minimamente compatível com a supremacia e indisponibilidade do interesse público;
CONSIDERANDO a existência de vários precedentes recentes oriundos das Cortes de Contas brasileiras, no sentido de inibir o custeio de shows em situações de igual quilate em vários Estados e Municípios que passam por dificuldades financeiras;

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Novo Repartimento, Sr. Deusivaldo Silva Pimentel, que se abstenha de, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, faça o repasse de qualquer valor a qualquer pretexto a fim de custear/auxiliar a realização do evento agropecuário previsto para ocorrer neste município no mês de outubro próximo.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o MINISTÉRIO PÚBLICO informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública de responsabilização e pela prática de ato de improbidade administrativa. Novo Repartimento, 16 de agosto de 2018.

CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES

Promotor de Justiça Titular de Novo Repartimento

Protocolo: 529994**Extrato da Recomendação n.º 001/2020-4ªPJMB**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio do Promotor de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação n.º 001/2020-4ªPJMB que se encontra à disposição para os interessados, nesta Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/n, esquina com Rodovia Transamazônica, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, CEP 68502-290, Marabá/PA - Telefone e Fax: (94) 3312-9900 - e-mail: mppmaraba@mppa.mp.br.

Recomendação n.º 001/2020-4ªPJMB

Destinatários: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAP-PA

Assunto: Recomendação ministerial para que sejam adotadas as providências necessárias ao cumprimento das REGRAS DE MANDELA - Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, tendo em vista a atual situação indigna e insalubre de custódia de internos e internas do Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes - CRAMA e Centro de Recuperação Feminino de Marabá CRF - Marabá. Marabá/PA, em 21.02.2020

DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS

Promotora de Justiça, Titular da 4ª PJ de Marabá

Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial

Protocolo: 530172**RESUMO DA PORTARIA N.º 016/2020/13ª PJ Cível de Marabá**

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 016/2020/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000980-920/2019

Instauração de Procedimento Administrativo para apurar suposta situação de vulnerabilidade vivenciada pela Sra. E P D S, pessoa com deficiência, a qual se recusa a realizar tratamento médico e fazer uso de medicação controlada

Marabá/PA, 17 de fevereiro de 2020

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular - 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 530196